

A Narrativa Jornalística e a Construção do Real Como as Revistas *Veja* e *IstoÉ* trataram a Manifestação dos Estudantes da Universidade de São Paulo (USP)¹

Bruno Bernardo de ARAÚJO²
Universidade de Coimbra – Portugal

Resumo

É indiscutível o poder social do jornalismo na dinamização da esfera pública. Os jornalistas, segundo Gaye Tuchman (2002), constroem a realidade, a partir da operacionalização de códigos de índole textual e cultural. Para aprofundar a discussão, o presente trabalho reúne contributos epistemológicos dos Estudos em Jornalismo e dos Estudos Narrativos, para construir uma reflexão interdisciplinar sobre a forma como as narrativas jornalísticas criam percepções distintas sobre um mesmo acontecimento. Baseados nestes pressupostos, analisa-se duas reportagens, das revistas *Veja* e *IstoÉ*, com o objetivo de compreender a forma como ambas trataram a manifestação de um grupo de estudantes da Universidade de São Paulo, em outubro de 2011. Para tal, recorre-se aos mecanismos da Análise Crítica do Discurso, com particular atenção ao pensamento de Teun van Dijk (2005) e Emília Ribeiro Pedro (1997).

Palavras-chave

Narrativa; Jornalismo; *Newsmaking*; Análise Crítica do Discurso; Universidade de São Paulo

Introdução: Delimitando o Percorso

O universo dos meios de comunicação social foi se constituindo, ao longo dos tempos, como um espaço privilegiado de discussão da atualidade, ao qual recorreremos, sistematicamente, para obter informações, acerca do que se passa à nossa volta. Da mesma forma, o campo jornalístico, propriamente dito, se estruturou em torno de um conjunto de ideias, por vezes, míticas, relacionadas com o poder social do jornalismo, visto como contra-poder, cão-de-guarda ou, pomposamente, como guardião dos sistemas democráticos. (MESQUITA, 2003; TRAQUINA, 2007).

Tendo por base essas e outras concepções – que formam aquilo a que Traquina (2007) chama a cultura profissional – o jornalismo e a sua produção foram vistos, por muito tempo, como verdadeiros espelhos ou representantes fiéis dos acontecimentos. A partir dos

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática de Jornalismo, da Intercom Júnior – VII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento integrante do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Recém graduado em Jornalismo (2011-2012), pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; pesquisador colaborador do Grupo de Estudos em Comunicação, Informação e Espaço Público, do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, da Universidade de Coimbra.

anos 70 do século passado, com a chegada das teorias do *newsmaking*, passa-se a entender a *práxis* jornalística, contrariamente, como uma construtora social da realidade - noção que levou diversos autores a falarem de notícias, reportagens e outros produtos informativos, como narrativas (TUCHMAN, 1999; 2002; SILVA, 2007).

Partido desse pressuposto, um dos objetivos do presente trabalho é evidenciar a existência de formas distintas de narrar a realidade, que mudam, consoante a forma como o jornalista interpreta e estrutura, discursivamente, os fenômenos sociais. Nesse sentido, convocaremos alguns conceitos dos Estudos Narrativos – entre eles, o próprio conceito de narrativa – para falar de narrativas jornalísticas, como produções especiais, pois, estando vinculadas na realidade factual, mantêm uma intensa conexão epistemológica com outros tipos de narrativa.

Assim, como forma de demonstrar, empiricamente, todo o sentido deste terreno teórico, acerca da construção do real, por meio da prática jornalística, desenvolveremos a análise de duas reportagens, publicadas nas revistas brasileiras *Veja* e *IstoÉ*, sobre uma manifestação de estudantes da Universidade de São Paulo, em outubro de 2011. Através das técnicas da Análise Crítica do Discurso, demonstraremos como uma mesma realidade poderá ter sentidos (tão) diferentes, em função da construção narrativa e da adoção de determinadas estratégias discursivas.

O trabalho estrutura-se, portanto, numa vertente teórico-prática, sob os seguintes pontos: Narrativa e jornalismo: as influências do modo narrativo na concepção do discurso jornalístico; teorias do *newsmaking*: um novo olhar sobre a produção jornalística; desenvolvimento do procedimento empírico.

Narrativa e Jornalismo: As Influências do Modo Narrativo na Concepção do Discurso Jornalístico

Durante muitos anos, a narratologia esteve circunscrita, unicamente, ao universo da literatura. Era natural que académicos dos mais diversos centros intelectuais do mundo dedicassem as suas investigações ao estudo de um dos três grandes modos literários. O romance, notável género da modernidade, foi encarado como exemplo emblemático, daquilo que se entendia por narrativa ou linguagem narrativa plena (REIS, 2008).

No entanto, na segunda metade do século XX, os estudos de homens como Roland Barthes, Claude Bremond, Gérard Genette, A. J. Greimas e muitos outros – que utilizaram as páginas da revista *Communications*, como grande espaço de debate - iniciaram uma

mudança radical nos pressupostos conceptuais da narrativa, contribuindo para a transformação da narratologia em uma área de estudos interdisciplinar, transdisciplinar e, por vezes, contradisciplinar.

Com isso, a narrativa deixa de estar associada apenas à linguagem verbal escrita, para ser encarada como um fenómeno universal, amplamente vasto, susceptível de apresentar-se sob diferentes suportes e em tempos diversos. Nesse sentido, o conceito foi de tal maneira alargado, que tem se tornado, cada vez mais, objeto de estudo de inúmeras áreas, dentro e fora das ciências sociais e humanas. Como forma de demonstrar a transversalidade e a complexidade da narrativa, diz-nos Barthes, num dos textos seminais, desta nova fase dos Estudos Narrativos:

(...) le récit est présent dans tous les temps, dans tous les lieux, dans toutes les sociétés; le récit commence avec l'histoire même de l'humanité; il n'y a pas, il n'y a jamais eu nulle part aucun peuple sans récit; toutes les classes, tous les groupes humains ont leurs récits (...) le récit se moque de la bonne et de la mauvaise littérature : international, transhistorique, transculturel, le récit est là, comme la vie (BARTHES, 1977:8-9).

Dessa forma, partindo dos ensinamentos de Barthes, faz todo o sentido analisar como a narratologia moderna poderá auxiliar o estudo da produção jornalística. Uma aproximação entre linguagem narrativa e discurso jornalístico só poderá gerar bons resultados, uma vez que, - pode-se admitir -, o trabalho dos jornalistas gira em torno da produção de narrativas, tendo a realidade factual como grande referente.

Para que possamos entender a notícia, a reportagem e outras produções jornalísticas, como construções narrativas, precisamos recorrer ao próprio conceito de narrativa, problematizado por alguns dos nomes mais contundentes dos Estudos Narrativos. Segundo Gérard Genette “a narrativa é a representação de um acontecimento ou de uma série de acontecimentos, reais ou fictícios, por meio da linguagem e, mais particularmente, da linguagem escrita” (GENETTE *apud* SILVA, 2007:50). Todorov, por sua vez, acredita que “a narrativa é um texto referencial com temporalidade representada” (TODOROV *apud* SILVA, 2007:50)

Ambos os autores elucidam aspectos cruciais para a concepção de qualquer narrativa, incluindo as jornalísticas. Se os aplicarmos ao gênero reportagem, por exemplo, encontraremos evidentes semelhanças. Em primeiro lugar, a própria etimologia da palavra – *reportare*, quer dizer: transportar – indica o movimento de transporte de uma determinada realidade para o público e, assim, faz da reportagem um texto referencial, como nas palavras de Todorov (2007). Da mesma forma, organiza um conjunto de ações sucessivas e

as insere numa linha temporal específica. Naturalmente, convém dizer, nem as ações, nem o fator tempo de uma produção jornalística, assumem a mesma complexidade que teriam em um romance ou em outra grande narrativa.

Ainda nesta linha, Seymour Chartman oferece-nos um outro conceito de narrativa que, da mesma forma, pode ser aplicado às produções de índole jornalística. De acordo com ele:

Una narración es un conjunto porque está constituido de elementos – sucesos y existentes – que son individuales y distintos, pero la narración es un compuesto secuencial. Además, los sucesos, en la narración (al contrario de la compilación fortuita), tienden a estar relacionados o ser causa unos de otros” (CHARTMAN, 1990:21).

Com efeito, o discurso jornalístico opera um conjunto de mecanismos, entre os quais, a organização sequencial das ações. Embora esta organização não siga uma lógica cronológica – estando, pois, no caso da notícia, condicionada pelo *lead* e pela pirâmide invertida, - assume um papel proeminente na estruturação discursiva, uma vez que visa dar sentido textual a um acontecimento. A sucessividade das ações nos textos jornalísticos, não sendo uma compilação fortuita, como diz Chartman, faz parte de um universo muito maior de produção de sentido, do qual, o jornalista é o protagonista.

Também encarando as produções jornalísticas como narrativas, Fernando Resende chama a atenção para algumas particularidades da narrativa jornalística em relação a outros tipos de narrativa:

Nas narrativas jornalísticas, o ato de narrar é uma problemática a ser enfrentada. Nelas, a forma autoritária de narrar as histórias mantém-se, e, de certa forma, com muitos agravantes por apresentar-se velada. Envolto no real e na verdade como referentes, além de trazer a imparcialidade e a objetividade como operadores, o discurso jornalístico tradicional – aquele que é epistemologicamente reconhecido – dispõe de escassos recursos com os quais narrar os fatos do quotidiano (RESENDE, 2006:8).

Por outro lado, como todas as narrativas, as produções jornalísticas e, de um modo geral, as narrativas midiáticas, podem ser vistas como verdadeiros produtos culturais, pois retêm ecos da realidade, da qual, são provenientes. Em relação às notícias, Michael Schudson, citado por Traquina, refere: “as notícias como uma forma de cultura incorporam suposições acerca do que importa, do que faz sentido, em que tempo e em que lugar vivemos, qual a extensão de considerações que devemos tomar seriamente em consideração” (SCHUDSON *apud* TRAQUINA, 1999). Ora, o fator crucial do pensamento de Schudson reside no fato de as notícias e, de forma alargada, a reportagem e outras narrativas jornalísticas, carregarem resquícios da estrutura do próprio tecido social.

Contudo, mais importante ainda, é olhar para essas narrativas como formas de (re) construção desse mesmo tecido social.

Por tudo isso, tornam-se evidentes as contribuições dos estudos narrativos para a compreensão das narrativas jornalísticas, enquanto narrativas especiais. Dizemos isso, porque, embora todas as narrativas tenham efeitos sobre o público, as jornalísticas possuem uma responsabilidade com o real, que deve ser respeitada, sob pena de poderem causar graves alterações no espaço público. Nessa medida, considera-se que as narrativas midiáticas apresentam visões construídas dos acontecimentos, formatando imagens, que funcionam como óculos, a partir dos quais, lemos os fenômenos sociais do nosso cotidiano. (TUCHMAN, 2002; TRAQUINA, 1999; 2004; 2007).

Mesmo assim, o discurso jornalístico, entendido aqui como narrativa, foi, ao longo de muitas décadas, visto como um representante ou, metaforicamente, como um espelho da realidade. Somente a partir dos anos 70 do século passado, com a emergência das teorias do *newsmaking*, tomamos consciência do caráter construtivista das produções jornalísticas, consciência que os estudos narrativos, como ficou claro, poderão ter ajudado a desenvolver.

Teorias do *newsmaking*: um novo olhar sobre a produção jornalística

As investigações sobre o jornalismo têm trazido ao espaço público uma série de reflexões importantes para a compreensão da própria profissão (TRAQUINA, 1999; 2004; 2007; WOLF, 2009). Um dos pontos mais polêmicos, sobretudo para os profissionais, prende-se com a ideia de que o jornalismo não é um espelho, a partir do qual, vemos, nitidamente, e sem distorções, o que se passa à nossa volta. Contrariamente, é um construtor da realidade, limitado a um sem número de condicionalismos, próprios das chamadas rotinas de produção (TUCHMAN, 2002; FONTCUBERTA, 2002; TRAQUINA, 2004; 2007). Esta visão surge associada ao desenvolvimento das teorias do *newsmaking* que, por sua vez, fazem parte do paradigma construtivista do jornalismo, representando um ponto de viragem nos estudos sobre a prática jornalística.

As ideias defendidas pelo *newsmaking* visam combater pressupostos da teoria do espelho, uma das primeiras teorias do jornalismo, segundo a qual, os jornalistas são agentes descomprometidos, cuja intenção principal é a transmissão da realidade, sem interferências no curso normal dos acontecimentos. O combate a esta visão causou, e ainda hoje causa, grandes discussões, nas alas mais conservadoras da profissão. Como elucidada Traquina, a este propósito:

O *ethos* dominante, os valores e as normas identificadas com um papel de árbitro, os procedimentos identificados com o profissionalismo, faz com que dificilmente os membros da comunidade jornalística aceitem qualquer ataque à teoria do espelho, porque a legitimidade e a credibilidade dos jornalistas estão assentes na crença social de que as notícias refletem a realidade (TRAQUINA, 2004:149).

A legitimidade e a credibilidade, de que fala Traquina, são valores profissionais construídos, ao longo do difícil processo de profissionalização do jornalismo, com raízes na fase de industrialização da imprensa, no século XIX. A criação e a propagação de uma visão apática e descomprometida do profissional fazia parte de uma estratégia económica, que visava alargar os públicos, atrair mais publicidade para os jornais e, assim, fazer da imprensa, um negócio lucrativo. Por isso, seria importante defender a teoria do espelho, como forma de abafar a imagem de imprensa panfletária, que transformava os periódicos em verdadeiras máquinas políticas (MESQUITA, 2003).

Como já percebemos, o paradigma construtivista veio, anos depois, opor-se aos pensamentos da teoria do espelho. Para tal, um dos argumentos mais utilizados é a impossibilidade de uma linguagem neutra. Ao dar vida textual a um acontecimento, o jornalista incorpora, mesmo involuntariamente, marcas da sua subjetividade, através de um processo de mediação, que pressupõe a existência de uma construção discursiva (TRAQUINA, 2004; 2007; TUCHMAN, 1999; 2002; WOLF, 2009). Do mesmo modo, o discurso jornalístico resulta da forma como está organizada a estrutura profissional, que permite, como diz Traquina (2007), fazer face à imprevisibilidade dos acontecimentos.

Até aqui, referirmos várias vezes a ideia central de construção narrativa da realidade. Por outro lado, alguns autores falam, no âmbito das teorias do *newsmaking*, da criação de histórias pelos jornalistas (TUCHMAN 1999; BIRD & DARDENNE, 1999). Todavia, é preciso estar atento a possíveis associações erróneas destes termos a uma ficcionalização do real. Encarar as notícias e as reportagens como construções não é o mesmo que pensá-las, por exemplo, na perspectiva da criação literária, na qual, o autor é livre para percorrer os universos possíveis e impossíveis da imaginação. Por isso, o jornalista contador de histórias – metáfora comum entre os autores do paradigma construtivista – não é um ficcionista, mas, um indivíduo, que assume uma postura distinta da do jornalista espelho, defendida por paradigmas anteriores, como já tivemos a oportunidade de referir.

Esta reflexão está bem presente no pensamento de Bird e Dardenne, segundo os quais, “considerar as notícias [e não só] como narrativas não nega o valor de as considerar

como correspondentes da realidade exterior” (BIRD & DARDENNE, 1999:163). A socióloga norte-americana Gaye Tuchman – um dos ícones do *newsmaking* -, vai mais longe e acrescenta: “dizer que uma notícia é uma estória não é, de modo algum, rebaixar a notícia, nem acusá-la de ser fictícia. Melhor, alerta-nos para o fato de a notícia, como todos os documentos públicos, ser uma realidade construída possuidora da sua própria validade interna” (TUCHMAN, 1999:262).

Todas as questões que mencionamos, acerca do *newsmaking*, são suficientes para fazermos uma inevitável reflexão sobre o poder social dos *media*, tendo em conta a sua enorme influência no espaço público. Para além de definir os temas da agenda pública, através do que se convencionou chamar de agenda mediática (WOLF, 2009), Resende diz que:

Eles [os *media*] “interferem no *status quo* e recriam modos de vida, porque leem e provocam releituras de experiências subjetivas e objetivas e, vale dizer, de forma às vezes tão imperativa, que se tornam o lugar de onde as pessoas retiram o que sabem e o que se dispõem a compreender acerca do quotidiano e da vida” (RESENDE, 2006:2).

Através das suas narrativas, os *media* criam significações e têm um peso inquestionável nas transformações sociais. Este ponto de vista pode ser, historicamente comprovado, se olharmos para todas as vezes que o jornalismo se colocou como um verdadeiro *contrapoder*. Um exemplo emblemático é caso do *Watergate*, nos Estados Unidos ou, mais recentemente, as constantes denúncias de corrupção, pelos *media* brasileiros, que levaram à demissão de seis ministros de Estado do Governo Dilma Rousseff. Não obstante os interesses ideológicos que, porventura, tenham existido por trás de casos como esses, é forçoso admitir que houve, obviamente, alterações na estrutura sociopolítica, tanto da sociedade americana como brasileira, impulsionadas pelo poder social, nestes casos, da imprensa.

Nesse sentido, aceitando a ideia de que as produções jornalísticas são construções do real, Tuchman admite:

Os jornalistas trabalham para apreender e atribuir significado quando identificam certos tópicos, e não outros, como notícias. Através deste trabalho (...) os atores sociais criam significações e, ao mesmo tempo, um sentido coletivo partilhado da ordem social” (TUCHMAN, 2002:95).

Claramente, o conceito de ordem social, elucidado pela autora, está intimamente ligado à forma como organizamos a nossa vida cotidiana em sociedade. As significações que atribuímos aos fenômenos sociais dependem dos significados facultados pelos *media*, aos quais, temos acesso, por meio de narrativas ou, se quisermos, de *estórias* diversas.

Se, depois de toda a nossa reflexão, consideramos o discurso jornalístico como narrativas ou *estórias*, centradas na realidade, estamos em condições de admitir, ao lado de alguns autores, a existência de categorias específicas da narrativa no universo do jornalismo. Falamos, pois, da existência de uma personagem jornalística e de um narrador jornalista (MESQUITA, 2003; RESENDE, 2006), conceitos que não desenvolveremos aqui por falta de espaço. No entanto, a partir da problematização dessas questões poderemos ampliar, ainda mais, a nossa compreensão da prática jornalística, como responsável pela construção social da realidade. E, mais uma vez, reafirmar os inexoráveis contributos dos estudos narrativos, como área interdisciplinar, para o estudo dos diversos fenômenos mediáticos.

Metodologia: A Análise Crítica do Discurso como Método de Análise da Produção Jornalística

Ao longo do nosso trabalho, temos dado ênfase aos contributos dos estudos narrativos para a análise de produções jornalísticas, vistas, pelas teorias construtivistas, como inequívocas construções (textuais) da realidade. Nesse sentido, o discurso jornalístico (e o mediático, em geral) assume um poder, dito hegemônico, privilegiado e legitimado pelos valores morais da cultura profissional, bem como, pela intensa força com que as suas mensagens invadem o nosso dia-a-dia.

Dito isso, tentaremos comprovar, empiricamente, boa parte das questões, anteriormente trabalhadas, no sentido de demonstrar a enorme influência da *práxis* jornalística sobre o modo como o público percepção o mundo. Para tal, selecionamos 02 (duas) reportagens uma da revista *Veja* – “A rebelião dos mimados” (edição de 9 de novembro de 2011) e uma da revista *IstoÉ* – “Quem são os radicais da USP” (edição de 11 de novembro de 2011), periódicos que figuram entre os títulos de maior circulação no mercado editorial brasileiro de revistas semanais. Ambos os trabalhos têm, como objetivo, retratar uma manifestação de estudantes da Universidade de São Paulo. A nossa escolha não foi completamente aleatória, dado que as publicações datam da mesma semana.

Sendo o jornalismo uma profissão que lida, diretamente, com fatos da realidade, reconstruindo-os, através de narrativas, e adotando discursos, muito particulares, recorreremos a técnicas da Análise Crítica do Discurso, como forma de demarcar estratégias textuais e escolhas lexicais, que apontem para a criação de universos semânticos específicos, em torno da manifestação dos estudantes. Tais escolhas, “feitas pelo produtor

textual, são simultaneamente escolhas ideacionais e interpessoais, que expressam opções ideológicas particulares” (PEDRO, 1997:306).

Do mesmo modo, procuraremos perceber, por meio da construção narrativa (isto é, da forma como o narrador-jornalista, em cada um dos textos, estrutura o seu discurso) como as reportagens construíram a identidade dos estudantes e que efeitos as estruturas semânticas, de que fala van Dijk (2005: 84), poderão ter contribuído para a compreensão da natureza do próprio movimento estudantil, enquanto movimento político, por parte do público. Por fim, convém lembrar que, em se tratando de uma análise crítica do discurso, tudo o que for observado, embora esteja fundamentado em leituras diversas, resultam sempre de uma visão crítica do pesquisador, fato que pressupõe uma inelutável tomada de posição.

A Construção Discursiva da Manifestação dos Estudantes da USP nas Páginas de *Veja e IstoÉ*³

Reportagem 1: “A rebelião dos mimados” (Revista Veja)

A reportagem em análise, publicada em 9 de novembro de 2011, assinada por Marcelo Sperandio, assume um claro sentido ideológico. Isso é facilmente observável, tanto pelas escolhas lexicais e linguísticas do narrador-jornalista, quanto pela forma como a narrativa é construída. Também as fotografias aparecem aqui como elementos semiológicos cruciais, que auxiliam na formação de uma unidade semântica, globalmente coerente, com os objetivos do produtor textual.

Inicialmente, o título, o subtítulo e o *lead*, cumprem o modelo de superestrutura, aplicado por Teun van Dijk (2005:67), às notícias. Embora a técnica jornalística do *lead* não seja comumente utilizada em reportagens – produções que primam por uma maior liberdade criativa – o primeiro parágrafo responde às cinco perguntas (o quê, quem, quando, onde e porque), organizadas numa relação de causalidade, que confere à produção um certo hibridismo classificatório.

A utilização da palavra [rebelião], em posição topicalizada – no título – remete-nos para a ideia de que houve uma resistência violenta, protagonizada por indivíduos de atos excessivos [mimados]. O subtítulo possui um sentido global, que poderá ser dividido em três proposições menores, com significados próprios, mas, interdependentes: [Com roupas de grife e donos de carros caros] remete-nos para o estatuto socioeconômico dos estudantes

³ A presente análise irá referir apenas os pontos mais importantes de um processo analítico que se revelou muito mais amplo e que, por falta de espaço, não será, integralmente, incluído no corpo do trabalho.

envolvidos; [estudantes depredam a USP] indica um ato de extrema violência, confirmado pelo verbo, na terceira pessoa do plural, do presente do indicativo – “depredam” – de estudantes contra a instituição universitária inteira – “USP”, que aparece em posição passiva; finalmente, em [porque querem fumar maconha sem ser incomodados], a conjunção de causalidade – “porque” – indica o motivo, pelo qual, os estudantes “depredaram” a instituição.

Todas essas significações limitam horizontes de expectativas e indicam protocolos de leitura, através dos quais, o público poderá fazer a sua interpretação. Logo no primeiro parágrafo, o narrador-jornalista remete o leitor para uma das imagens, que mostra um estudante sorridente (fato que contrasta, desde já, com a situação enunciada), e especifica determinados atributos dos envolvidos [moletom da grife americana GAP; óculos de 500 reais da italiana Ray Ban], que, vale dizer, são representados pela figura individual do estudante [o rebelde de GAP], apresentado, genericamente, como o [retrato fiel] do grupo de estudantes.

Sem nenhuma dúvida, a estratégia de generalização (VAN DIJK, 2005), supramencionada, contribui para a formatação de um perfil específico dos manifestantes, junto do público: indivíduos irresponsáveis, de classe média/alta que querem, impunemente, fazer uso de drogas, no *campus* universitário. A criação dessa imagem dos estudantes, - ou, segundo van Leeuwen (1997), desses atores sociais – é feita, paulatinamente, ao longo de toda a narrativa, sempre com recurso a estruturas proposicionais assertivas, que revelam a posição socioeconômica dos estudantes, como: [circulam em carros cujo preço supera 50.000 reais]; [assumiu a direção de um Polo Sedan e outro embarcou em seu Kia Soul].

Além disso, o narrador-jornalista seleciona um conjunto de sinónimos para o termo “estudantes”, através de um processo de categorização, que possui uma carga semântica altamente disfórica. Os manifestantes são tratados, várias vezes, como: “maconheiros”; “mimados”; “rebeldes”; “crianças”; “garoto mimado”; “birrentos”; “vândalos”; “filhinhos de papai”; “invasores”; “rebeldes mimados”; “mauricinhos”. Por outro lado, a manifestação, propriamente dita, é referida como: “bagunça”; “pirraça”; “rastro de destruição”; “baderna”; “arruaça”; “turba”. Ora, a utilização desse vocabulário é resultado, não apenas de escolhas lexicais determinadas, mas, como lembra van Dijk (2005), são, claramente, decisões ideológicas, que revelam o posicionamento do enunciador e, conseqüentemente, constroem mapas mentais de percepção, importantes para que também o público se posicione.

Mesmo assim, o narrador-jornalista encontra outras formas, - muito mais visíveis – de se posicionar. Ao longo da narrativa, as proposições, em posição subordinada: [mas, coitadinhos, a lei não deixa] e [revolução tem limite], bem como, a proposição que finaliza o texto, após uma citação em discurso direto, [Esse menino precisa de castigo, papai], representam, visivelmente, a voz do narrador, que não se exime de assumir um discurso avaliativo em relação à situação narrada.

Por fim, é importante salientar a citação mimética, em discurso direto, da mãe de um estudante da USP, - assassinado, há meses, após uma tentativa de assalto -, que vê a manifestação como um [capricho de uma minoria]. O pensamento da mãe, emocionalmente fragilizada, é outra estratégia discursiva fundamental para a confirmação de todo o processo de significação, gradativamente, criado.

Reportagem 2: “Quem são os radicais da USP” (Revista IstoÉ)

A reportagem da revista *IstoÉ*, publicada em 11 de novembro de 2011 e assinada por Alan Rodrigues, apresenta diversos pontos de contraste, em relação à postura de *Veja*, analisada, anteriormente. Ao longo da nossa análise, comprovamos um tom bem mais sóbrio na abordagem das questões e uma tendência de dar voz aos estudantes, enquanto atores sociais, diretamente envolvidos na situação.

Primeiramente, o título, o subtítulo e o primeiro parágrafo (que, neste caso, por tratar-se de uma reportagem, não se assume como um *lead* convencional) cumprem o esquema superestrutural, defendido por van Dijk (2005:67), na medida em que funcionam como elementos de fundamental importância para a definição da macroestrutura semântica do texto. Todavia, o fato de não ser feita nenhuma referência direta à manifestação, propriamente dita, no título, revela que o narrador-jornalista partiu do pressuposto de que o público estaria já, suficientemente familiarizado com os acontecimentos.

Nesse sentido, o objetivo maior do produtor textual é a definição de um perfil dos manifestantes, que começa a ser feito logo no título, através do recurso ao pronome de interrogação [quem], ligado pelo verbo ser, na terceira pessoa, do presente do indicativo [são] ao nome [radicais], que, por sua vez, caracteriza indivíduos insatisfeitos com determinadas normas ou padrões estabelecidos.

No subtítulo, encontramos uma nítida diferença em relação à produção anterior: a construção proposicional [Eles têm pouco em comum] indica a existência de diferenças

entre os manifestantes, sobretudo ao nível socioeconómico, confirmadas pela proposição subsequente [Alguns vieram da escola pública e outros estudaram no Exterior]. Obviamente, por meio de um processo de pressuposição, os termos [escola pública] e [Exterior] são utilizados, como elementos indicadores de patamares sociais diferenciados. Mesmo sem dizê-lo, o narrador sabe que a sua mensagem chegará ao leitor, porque entende que estes termos fazem parte “de um conjunto de conhecimentos culturais tácitos que dão significado ao discurso”. (VAN DIJK, 2005:171).

O primeiro parágrafo é também bastante esclarecedor. Assim como na reportagem anterior, o narrador-jornalista inicia o texto, centrado na figura de um estudante, - que, neste caso, tem nome e idade: [João Machado, 20 anos]. As citações miméticas, em discurso direto [Minha mãe quer me matar] e [Ela só sabe xingar] revelam que há uma discordância, dos pais, relativamente à atitude dos filhos. No entanto, a postura dos estudantes é inserida no universo do movimento estudantil, enquanto fenômeno político, cujo objetivo é a reivindicação de um conjunto de questões e a luta contra o poder repressor. Tal ideia é confirmada pela utilização de termos como: [momento histórico], em discurso direto, ou [tomada do poder].

Um fator interessante a destacar é a referência ao ato dos estudantes como [ocupação] da reitoria, diferentemente de [invasão], utilizada uma única vez, no segundo parágrafo [invadiram]. Por sua vez, os agentes sociais são categorizados como: “estudantes”; “adolescentes”; “radicais sem rosto”; “jovens”. Sem dúvidas, os sentidos, em torno destas opções lexicais, contribuem para a criação de uma identidade social dos estudantes, completamente distinta da que vimos no texto anterior.

Mais uma vez, as diferenças socioeconómicas entre os manifestantes são, continuamente, elucidadas ao longo da narrativa. Elencamos, ao menos, três exemplos: no terceiro parágrafo, a enumeração de profissões [auxiliar de escritório, artesão, analista de laboratório, professores, iluminador e até barman] comprova isso. Posteriormente, o fato de os estudantes não terem dinheiro para pagar a fiança à polícia [Boa parte deles não tinha os R\$ 545 da fiança]. E, ainda, no quinto parágrafo, a condição humilde de Rafael Alves, apresentado como [um dos principais líderes dos radicais], confirmada pela estrutura proposicional [De origem humilde, egresso da escola pública, foi o único dos 20 integrantes da sua família que conseguiu entrar na universidade].

Evidentemente, são feitas referências a estudantes de classe média – como, no caso do primeiro estudante, apresentado como sendo [de classe média paulista]. No entanto,

estas diferenças não existem no trabalho de *Veja*, dado que os estudantes envolvidos são todos apresentados como provenientes de classes sociais, economicamente, superiores.

É importante chamar a atenção para as fotografias do texto, que fazem parte, também, da construção narrativa. Enquanto as duas primeiras retratam o confronto entre estudantes e polícias, a terceira tem uma ligação, ainda mais forte, com a ideia de movimento estudantil, visto como confronto intelectual de ideias e, simbolicamente representado, pela elevação da obra do filósofo Michel Foucault. Se tivermos em conta o universo de significados, em torno da narrativa verbal escrita, é certo afirmar que tais imagens têm uma dimensão funcional específica, na medida em que, completam a estrutura semântica global da reportagem.

Por fim, é forçoso referir um outro ponto, que mostra bem as diferenças semânticas e ideológicas de ambas as narrativas. *IstoÉ* não faz alusão aos estudantes como consumidores de drogas, questão, sobejamente abordada, por *Veja*. Pelo contrário, dá-se ênfase à manifestação, como parte integrante do movimento estudantil, que tem reivindicações variadas, em detrimento do fato pontual de os estudantes quererem “fumar maconha sem ser incomodados”, como vimos no texto anterior.

Considerações Finais

O presente trabalho procurou aliar alguns dos pressupostos conceptuais mais importantes dos estudos narrativos e pesquisa em jornalismo, no sentido de contribuir para a amplificação do debate, já existente, em torno da *práxis* jornalística e dos seus impactos na esfera pública. Num primeiro momento, buscamos problematizar o conceito de narrativa para falar da existência de narrativas jornalísticas, enquanto produções especiais, com uma ligação moral à realidade.

A partir disso, desmitificamos - com o recurso a autores, como Gaye Tuchman (2002) e Nelson Traquina (2007) -, a ideia, em torno da qual, o jornalismo espelha ou representa a realidade. Através das teorias do *newsmaking*, vimos que os jornalistas, enquanto intérpretes dos acontecimentos, ao estruturarem as suas narrativas (ou estórias), ajudam a construir a própria realidade que reportam.

Numa segunda parte, todo esse enquadramento teórico foi aplicado a uma realidade concreta. Diante da repercussão mediática da manifestação de estudantes da Universidade de São Paulo, em outubro de 2011, recorremos a duas reportagens, das revistas *Veja* e *IstoÉ*, para analisar como ambos os veículos construíram, discursivamente, esta realidade,

dando particular atenção à forma de construção identitária dos estudantes. Para tal, convocamos técnicas da Análise Crítica do Discurso, metodologia particularmente benéfica para o nosso exercício, pois permitiu-nos desconstruir o discurso em estruturas proposicionais menores, semanticamente pontuadas, a partir das quais, encontramos evidentes marcas ideológicas.

Segundo a nossa análise, a revista *Veja* preza por uma abordagem extremamente acesa e partidária do acontecimento, assumindo uma posição inequivocamente contra à manifestação dos estudantes, que, por sua vez, são vistos como adolescentes mimados, consumidores de drogas e provenientes de classes sociais, economicamente, abastardas. Contrariamente, a revista *IstoÉ* apresenta uma narrativa de tom muito mais sóbrio, na qual, não é feita nenhuma referência ao consumo de drogas pelos estudantes. Além disso, evidencia diferenças ao nível socioeconómico dos atores sociais que, juntos, integram o movimento estudantil.

Em suma, e para finalizar, não obstante termos um posicionamento crítico em relação às produções em causa, o nosso objetivo não foi apontar erros ou acertos. Quisemos, porém, destacar a existência de construções textuais - e, conseqüentemente, semânticas -, distintas, de um mesmo fenómeno social, no interior de narrativas jornalísticas concorrentes, que pairam sobre o mesmo espaço público, assentes em indiscutíveis fins ideológicos.

Referências Bibliográficas

BARTES, R. Analyse Structurale du récit In : BARTHES, R et all. (Org.). **Poétique du récit**, Paris : Seuil, pp. 6-21, 1977.

BIRD, E. S.; DARDENNE, R. W. Mito, registo e estórias: explorando as qualidades narrativas das notícias, In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, pp. 263-277, 1999.

CARLOS, R. **O conhecimento da Literatura: introdução aos estudos literários**. Coimbra: Almedina.

CHATMAN, S. **Historia y discurso: la estructura narrativa en la novela e en el cine**. Madrid: Taurus Humanidades, 1990.

DIJK, T. V. **Discurso, notícia e ideologia. Estudos da Análise Crítica do Discurso**. Porto: Campo das Letras, 2005.

FONTCUBERTA, M. **A notícia: pistas para compreender o mundo**. Lisboa: Notícias, 2002.

HAMON, P. Pour un statut sémiologique du personnage In : BARTHES, R. et all (Org.). **Poétique du récit**. Paris: Seuil (Points), pp. 115-167, 1977.

MESQUITA, M. A personagem jornalística – da Narratologia à Deontologia In: MESQUITA, M. **O Quarto Equívoco – O poder dos media na sociedade contemporânea**. Coimbra: Minerva, pp. 123-140, 2003.

PEDRO, E. R. **Análise Crítica do Discurso**. Lisboa: Caminho, 1997.

PENA, F. **Teorias do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

REIS, C.; LOPES, A. C. M. **Dicionário de Narratologia**, 7ª ed. Coimbra: Almedina, 2007.

RESENDE, F. Jornalismo e enunciação: perspectivas para um narrador jornalista In: LEMOS, A.; BERGER, C.; BARBOSA, M. (Org.) **Narrativas midiáticas contemporâneas**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

SILVA, M. A notícia como narrativa e discurso. **Revista Estudos em Jornalismo e Mídia**, Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, v.4, nº. 1, 2007. Disponível em: <<http://journal.ufsc.br/index.php/jornalismo/issue/view/335/showToc>>. Acesso em: 20 dez, 2011.

TRAQUINA, N. **O que é Jornalismo**, 2ª ed. Lisboa: Quimera, 2007.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo**. Florianópolis: Editora Insular, 2004.

TRAQUINA, N. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

TRAQUINA, N. **Jornalismo: Questões, Teorias e “estórias”**, 2ª ed. Lisboa: Vega, 1999.

TUCHMAN, G. As notícias como uma realidade construída In: ESTEVES, J.P. (Org.). **Comunicação e Sociedade**. Lisboa: Horizonte, pp. 91-104, 2002.

TUCHMAN, G. Contando estórias In: TRAQUINA, N. (Org.) **Jornalismo: Questões, Teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, pp. 258-262, 1999.

VAN LEEUWEN, T. A. A representação dos actores sociais, In: PEDRO, E. R. (Org.). **Análise crítica do discurso**. Lisboa: Caminho, 169-222, 1997.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação**, 10ª ed. Lisboa: Presença, 2009.